



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CNPJ 18.855.662/0001-09  
Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - contato@epaesp.org

## **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

### **REUNIÃO DE 15/09/2018**

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, após aguardar por trinta minutos para se ter um número maior de presentes, reuniram-se, em assembleia geral de caráter extraordinário, os Executivos Públicos Associados do Estado de São Paulo - EPAESP e convidados, no Auditório da Secretaria da Administração Penitenciária, à Avenida General Ataliba Leonel, nº 556, Santana, nesta Capital, devidamente convocados em conformidade com os incisos IV do artigo 14 de seu estatuto social, que teve por pauta: 1) Apresentação da situação atual da EPAESP com proposta de novas filiações e posição da EPAESP em relação ao PLC nº 32 e sua Emenda nº 4; 2) Ações de Articulação junto ao Deputado Campos Machado e a reunião realizada em 23/08/2018; 3) Articulação na ALESP junto ao Colégio de Líderes e aos demais Deputados; 4) Articulações junto às outras Associações e Sindicato e 5) Assuntos Diversos. Constatada a presença de 63 Executivos Públicos associados e convidados, foi aberta a reunião pelo Diretor Geral, José Priori, que agradeceu aos colegas da Secretaria da Administração Penitenciária e aos grupos de trabalho responsáveis por sua realização. Tendo em vista que o estatuto da EPAESP não permite que as Assembleias sejam presididas por seu Diretor Geral, pediu aos presentes que alguém se apresentasse para assumir a presidência, sendo escolhido por aclamação o Executivo Público Luiz Carlos de Carvalho Silva, da Secretaria de Governo, que agradeceu a deferência e solicitou que a também Executivo Público Adriana Campos Silva de Lemos, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o auxiliasse, exercendo a função de secretária da reunião. Feita



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro

São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

a leitura da convocação e seguindo a ordem da pauta, o Sr. Presidente iniciou a apresentação da situação da EPAESP em relação aos associados, apontando que hoje existem aproximadamente 1.290 Executivos Públicos na ativa. Até a data anterior à reunião (14/09/2018), o número total de associados era de 405, estando 253 associações absolutamente em ordem e 152 com algum tipo de irregularidade, tais como: 57 fichas de inscrição sem a assinatura na autorização do desconto da mensalidade em folha de pagamento; 69 fichas sem o preenchimento do código do RS para desconto da mensalidade em folha de pagamento; 20 fichas de inscrição entregues por cópia ou digitalizadas, sem as necessárias vias originais arquivadas; e, 6 fichas sem assinatura. Antes da abertura da reunião, foram recebidas mais 13 fichas de inscrição, totalizando 418 associados na data de 15/09/2018. Foi esclarecido que as inadimplências no pagamento das mensalidades não foram consideradas como associações irregulares, pois não houve cobrança de mensalidade oficialmente definida. Foram apresentados os Grupos de Trabalho criados com o objetivo de desenvolver ações para a elaboração da Emenda nº 4 e seu acompanhamento, desde a inclusão no PLC nº 32/2018. Em seguida, foi apresentado o quadro demonstrativo da contabilidade da EPAESP no qual constam as receitas e as despesas. As receitas são basicamente compostas por doações, depósitos e por desembolso direto de diretores da EPAESP, somando o total de R\$ 9.407,26. As despesas, que totalizam R\$ 6.821,97, destinaram-se a gastos com registro da EPAESP no CNPJ e no cartório, correios, manutenção do site, confecção de cartões e reuniões, somados à contrapartida das receitas dos dispêndios dos Diretores. Sendo assim, o saldo credor estimado é de R\$ 2.585,29. Como já dito em reuniões anteriores, o Sr. Presidente fez questão de ressaltar que, em decorrência de problemas com o



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

registro das atas de eleições em Cartório, os recursos financeiros da EPAESP, que estão em conta bancária em nome da Associação, não podem ser movimentados. Na oportunidade, enfatizou que a regularização dessa documentação está em andamento no cartório, o que possibilitará o acesso à conta bancária. Passou, então, aos esclarecimentos sobre a necessidade da EPAESP buscar novos associados de modo a atingir os seguintes números: 300 associados para permitir o desconto de suas mensalidades em folha de pagamento, considerando que a associação precisa de recursos para atender às demandas, principalmente as judiciais, e 500 associados para que seus diretores possam ser afastados, nos termos da Lei Complementar nº 343/1984, para exercer mandatos como dirigentes de entidade de classe. Em seguida, o Sr. Presidente passou aos itens seguintes da pauta, trazendo a posição da EPAESP em relação ao PLC nº 32/2018 e a Emenda nº 4, bem como explicitando as ações de articulação política que haviam sido intentadas. Fez um rápido esclarecimento sobre as inúmeras propostas de PLC em diversas reuniões com o Poder Executivo. Lembrou aos presentes que essas negociações para melhoria da carreira de Executivo Público vêm de longa data, não se resumindo apenas a EPAESP. Após traçar um breve histórico, explicou de forma detalhada a última negociação que estava em andamento com o Poder Executivo e de forma já avançada, mas que infelizmente parou em razão da saída do Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Gestão. Com a troca de Gestão, a EPAESP solicitou uma audiência com o Governador Márcio França, através de seu Assessor Particular e também se reuniu com o Dr. Cláudio Figo (assessor próximo ao Governador), apresentando todo o trabalho e, novamente, pedindo audiência com o Governador. Em ambos os casos, foi informado que o Governador



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

dificilmente receberia a Diretoria da EPAESP em audiência e que quem poderia decidir sobre esse assunto seria o Secretário de Planejamento e Gestão, Dr. Maurício Juvenal. Foi solicitado, então, nos dois casos, que os pedidos de audiências fossem transferidos oficialmente para o Dr. Maurício Juvenal, porém, até hoje, nada foi marcado, inexistindo qualquer perspectiva de que referida audiência aconteça. Além disso, diante de toda a ansiedade gerada, alguns colegas começaram a se mobilizar de diversas maneiras, individualmente e em grupos. Por esta razão, foi formado um Grupo de Trabalho no aplicativo WhatsApp, com representantes de alguns órgãos (basicamente Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Educação, Secretaria da Agricultura e Abastecimento e Procuradoria Geral do Estado), além da Diretoria da EPAESP. Esse grupo preparou um trabalho conjunto e, por intermédio do colega Juliano Goulart da Procuradoria Geral do Estado (PGE), foi possível agendar uma reunião com um Assessor do Deputado Caio França (filho do Governador Márcio França), por ter sido vislumbrada uma oportunidade de envolver o Poder Legislativo e o Poder Executivo, em conjunto. Essa reunião foi realizada e, na ocasião, o trabalho apresentado foi bastante elogiado, sendo dito inclusive que *“quiséramos nós que todos os representantes dos servidores públicos apresentassem uma justificativa e um trabalho tão completo”*. Contudo, infelizmente, o Assessor deixou de trabalhar com o Deputado e mais uma vez outra boa oportunidade foi perdida. Nesse meio tempo, foi publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo o PLC nº 32/2018 que trata da Lei Complementar nº 1.034/2008, sobre as carreiras de Especialista de Políticas Públicas e Analistas em Planejamento, Orçamentos e Finanças, de autoria do Deputado Campos Machado. Surgiu então a oportunidade de tentar incluir o cargo de Executivo Público no PLC nº 32/2018, visando à



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

migração da carreira da Lei nº 1.080/2008 para a Lei Complementar nº 1.034/2008. O grupo se mobilizou com a EPAESP e preparou uma Emenda ao PLC. Em reunião realizada à época, a EPAESP e alguns membros do grupo apresentaram o trabalho com a mencionada proposta para o Deputado Campos Machado. Ele a achou interessante, justa e pediu que tudo fosse passado para a sua Assessoria. O grupo saiu da reunião com a promessa de que seria verificada a viabilidade de apresentação da emenda ou não. Para surpresa de todos, sem qualquer contato ou aviso, foi publicada a Emenda nº 4 ao PLC nº 32/2018 com o texto proposto. Restou à EPAESP marcar nova reunião com o Deputado Campos Machado para agradecer a aceitação da Emenda e colocar-se à disposição para ajudar no que fosse possível visando à aprovação do PLC e da respectiva Emenda. Essa reunião ocorreu em 23/08/2018 e nela o Deputado, entre outros, esclareceu que, em sua opinião, não há inconstitucionalidade no projeto, por entender tratar-se de reclassificação de carreira e não sua criação. Em seguida, ele pediu união e enfatizou que será necessária a presença em peso de Executivos Públicos na data da votação do PLC em plenário. Por último, ele convidou a EPAESP para defender o PLC nº 32/2018 e sua Emenda nº 4 na reunião do Colégio de Líderes na ALESP, a ser agendada. Ao final da sua fala, Campos Machado foi bem enfático em dizer que ele vai até o fim e vai aprovar esse projeto. Durante a Assembleia de 15/09/2018, vários colegas solicitaram a palavra para destacar que o “discurso” do Deputado, na reunião de 23/08/2018, deixou bem claro que serão necessárias união e presença maciça e marcante dos Executivos Públicos na ALESP. A Executiva Pública Paulina Piscitelli, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), explanou sobre como se deu a criação do logo “Bora Sair da 1080” e enfatizou a importância das filiações à EPAESP para fortalecer a luta pela



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - contato@epaesp.org

aprovação do PLC. Surgiram, então, ideias relativas à arrecadação de recursos para que a EPAESP possa fazer frente às despesas com camisetas, faixas (banners) e talvez até uma panfletagem ou “display” para as idas à ALESP. O Executivo Público Rodrigo Pauletto, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), propôs a confecção de camisetas para uso na ALESP e se voluntariou a orçar valores. Outros colegas opinaram e a Executivo Público Jozy Ellen Lemos, da Secretaria da Educação, propôs a criação de uma vaquinha virtual para possibilitar a arrecadação de recursos para a EPAESP e também para os custos com a confecção dos materiais propostos; ela também sugeriu a confecção de camisetas a baixo custo e se voluntariou a ajudar. Com relação às novas filiações à Associação, a Executivo Público Paula Costa, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), propôs que fosse destacado um representante por secretaria para concentrar o recebimento de fichas preenchidas de novos filiados e de regularização das associações já cadastradas. O Sr. Presidente retomou a palavra e explicou, em linhas gerais, como ocorreu o pedido de tramitação de urgência do PLC, solicitado pela Executivo Público Paula Costa ao Assessor do Deputado ao término de referida reunião e protocolado no dia seguinte ao encontro. Nesse momento, discutiu-se a importância do fortalecimento e da representatividade da EPAESP na mobilização pela aprovação do PLC e respectiva emenda. A representatividade será possível com maior número de associados, o que evidenciará força da categoria nas articulações e negociações políticas. O servidor em sua individualidade não é capaz de sozinho atrair a atenção dos políticos, sendo, portanto, essencial, o grande número de associados para que os Executivos Públicos tenham voz e atenção no cenário político estadual. Esse fortalecimento da EPAESP também será imprescindível para convencer o Colégio



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

de Líderes da ALESP sobre a importância da revalorização do cargo e, conseqüentemente, a votação favorável do PLC nº 32/2018 e da Emenda nº 4 pelo Plenário. Em razão disso, deliberou-se sobre a arrecadação de doações, ao invés de mensalidades, até o final de 2018, aventando-se a possibilidade de desconto das mensalidades em folha de pagamento, com valor a ser definido em nova assembleia, a partir do próximo ano. Em razão disso, houve a distribuição de fichas de filiação que foram preenchidas durante a realização da assembleia. Atendendo ao proposto por Paula Costa, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), alguns colegas se dispuseram a levar fichas para suas secretarias de lotação e a ficarem responsáveis pelo esclarecimento de dúvidas sobre a filiação de seus colegas, além do recolhimento daquelas após o preenchimento. A Executivo Público Cida Campos, da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), ressaltou a importância da filiação para a união dos Executivos Públicos e, para exemplificar esse seu chamado à filiação, fez uma doação a EPAESP. Nesse momento, enquanto eram distribuídas as fichas para regularização de associações e para novas inscrições, a Executivo Público Karina Guimarães, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), intercedeu para pedir alguns esclarecimentos quanto à redação do PLC nº 32/2018 e sua Emenda nº 4, especialmente em relação à situação dos colegas das pastas que, atualmente, recebem prêmios (fazendo referência ao PIQ da Secretaria da Fazenda) não especificados nos textos originais do projeto e emenda, e questionar a pertinência da continuidade do PLC e Emenda nº 4, por entender não lhe serem favoráveis. Gislene Cavalcante, da Secretaria de Segurança Pública (SSP), destacou a importância da filiação e de ser mantido o foco em conseguir a aprovação do PLC, em contestação aos colegas preocupados com o PIQ, gratificações e adicionais. Denise Scabin, da



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

Secretaria do Meio Ambiente (SMA), também contestou a preocupação de colegas com o PIQ e gratificações, pedindo o foco na aprovação do projeto. O colega Divino Carvalho, da Secretaria da Educação, e boa parte dos Executivos Públicos presentes manifestou-se favorável a focar nas filiações e nas ações em favor da aprovação do PLC. O Sr. Presidente da reunião pediu que a discussão do tema fosse então deixada para o último item da pauta sobre assuntos diversos, dentre eles, as especificidades de cada pasta. Dando sequência então à reunião, Jorge Bittencourt, da Secretaria de Governo, apontou que, na maioria das vezes, os prêmios e as gratificações funcionam como instrumentos perversos utilizados pelo Estado para dividir e enfraquecer a união entre os servidores e que não poderia ser ignorada a vitória da publicação da Emenda nº 4 ao PLC nº 32/2018 em razão das discrepâncias remuneratórias criadas pelo próprio governo. Prosseguindo com o tema articulações junto às outras Associações e Sindicato, explicou que, tanto o Sindicato dos Executivos Públicos quanto a Associação antiga (AEPESP) foram procurados, tendo sido inclusive cogitada uma junção das duas associações, porém, em razão da existência de limitações impostas pelo estatuto da associação antiga, a necessidade de acessar os livros fiscais para tomar ciência das regularidades fiscal e patrimonial e, ainda, a questão daquela associação abranger outros cargos além dos Executivos Públicos, tais como diretores e os antigos agentes civis aposentados, tal fusão foi descartada. Quanto às articulações junto às demais carreiras abrangidas pelo PLC e respectivas emendas (Analistas em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, Especialistas Contábeis e Especialistas em Políticas Públicas), esclareceu também que as respectivas associações não demonstraram interesse em agir em conjunto com a EPAESP. Ao final de sua fala, expôs a questão do vício de iniciativa





EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

e apresentou alguns casos em que esse vício foi sanado. Nesse momento, o Executivo Público Jânio Soares, da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), pediu a palavra para citar o caso dos escrivães e investigadores que tiveram o reenquadramento de suas carreiras de nível médio para nível superior aprovado por meio de um projeto de lei complementar de iniciativa da ALESP, em 2002, salientando que depois de seis anos esse PLC sofreu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN. Entretanto, esse fato obrigou o Governador a apresentar outro PLC, em 2008, agora sem vício de iniciativa, em razão dos servidores já estarem com esse novo enquadramento há alguns anos, e esse novo projeto foi aprovado. Jorge Bittencourt, da Secretaria de Governo, retomou a palavra e disse que há possibilidade de aprovação do PLC nº 32/2018, apesar do vício de iniciativa. Aproveitou o ensejo para, em resposta aos Executivos Públicos André Pegoraro e Karina Guimarães, da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), esclarecer que qualquer problema no texto do PLC poderia vir a ser resolvido por meio de articulação com o Colégio de Líderes da ALESP, visando à sua adequação por meio de emendas aglutinativas, deixando expresso, por exemplo, a manutenção de prêmios e gratificações específicos por secretaria, se o caso. Os Executivos Públicos André Pegoraro e Karina Guimarães, não satisfeitos com os esclarecimentos de Jorge Bittencourt, insistiram com a discussão a respeito das gratificações e prêmios específicos, principalmente em relação à Secretaria da Fazenda. O Presidente da Assembleia respondeu que isso seria analisado, mas com a continuidade da discussão por parte desses colegas, o presidente Luiz Carlos salientou a importância de se focar na luta por uma carreira que, com a aprovação do PLC nº 32/2018 e Emenda nº 4, garantirá um salário muito maior que aquele obtido com gratificações e prêmios por secretarias. O Executivo



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro  
São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

Público João Carlos, da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), em sua preleção, esclareceu a vantagem de existir a carreira do Executivo Público. Ele ressaltou a importância de se elevar o cargo do Executivo Público ao nível de uma carreira de Estado, frisando a necessidade de se conseguir, com o PLC e respectiva Emenda, a integração dos Executivos Públicos ao ciclo de gestão de políticas públicas, equiparando-os aos Analistas em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (APOFP) e aos Especialistas de Políticas Públicas (EPP). Ele defendeu que o ciclo de políticas públicas começa com seu planejamento pelos Especialistas de Políticas Públicas, passa pelo planejamento orçamentário pelos Analistas em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e é finalizado com os Executivos Públicos que executam e controlam os planos de governo, sendo, portanto, imprescindível a articulação de tais carreiras para o aprimoramento da Administração Pública. Ele destacou ser fundamental que o Executivo Público passe a ser considerado como efetivo ator no ciclo de políticas públicas, como uma carreira de Estado, que executa as políticas públicas e também frisou ser essa a importância da luta pela aprovação do PLC nº 32/2018 e Emenda nº 4: sair da Lei nº 1.080/2008, uma lei geral de atividades-meio, e ingressar na Lei nº 1.034/2008, uma lei que engloba as carreiras que compõem o Ciclo de Gestão, uma carreira de Estado! Em seguida, Jânio Soares, da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), explicou a importância da contratação de um escritório virtual para a EPAESP e destacou que esse tipo de contratação pode ajudar a manter os custos baixos na contribuição mensal dos associados. Ele ressaltou que tal modelo é mais vantajoso por não ser necessária a despesa com funcionário por parte da associação por enquanto, pois esse tipo de escritório oferece recepcionista, telefonista e, ainda, o manuseio de correspondência e



EXECUTIVOS PÚBLICOS ASSOCIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 18.855.662/0001-09

Rua Brigadeiro Tobias, 118 – Conj. 4001-3 – CEP 01032-000 – Centro

São Paulo - Capital - [www.epaesp.org](http://www.epaesp.org) - [contato@epaesp.org](mailto:contato@epaesp.org)

endereço fiscal. A seguir o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição dos presentes, e, não havendo novas manifestações, declarou encerrada a reunião às doze horas e 40 minutos, sendo lavrada a presente ata, aprovada pela unanimidade dos presentes, que segue assinada por Adriana Campos Silva de Lemos (Secretária da Assembleia), por Luiz Carlos de Carvalho Silva (Presidente da Assembleia), pelo Diretor Geral da EPAESP.

Adriana Campos Silva de Lemos

Secretária

Luiz Carlos de Carvalho Silva

Presidente

José Benedito Piori

Diretor Geral EPAESP